

EXPANSÃO INSUFICIENTE

País tem 8 milhões na pobreza sem acesso a benefício social

Parâmetros desatualizados e falhas do Auxílio Brasil criam 'invisíveis'

Depois de trocar o Bolsa Família pelo Auxílio Brasil e aumentar o valor para R\$ 600, o governo Bolsonaro amplia o acesso ao benefício a menos de dois meses da eleição. Na terça-

feira, o programa alcança 20,2 milhões de famílias, mas falhas na definição de critérios, como a correção insuficiente do indicador para linhas de pobreza, deixam ao menos 8,3

milhões de vulneráveis fora, calculam pesquisadores do Insper. Além disso, dificuldades no cadastro mantêm brasileiros "invisíveis", revela **FERNANDA TRISOTTO**. **PÁGINAS 17 e 18**



Longa espera. Fila se forma de madrugada no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) da Ceilândia (DF): mesmo com expansão do Auxílio Brasil, milhares que vivem na pobreza ficam de fora

EXPANSÃO INSUFICIENTE

8 MILHÕES DE 'INVISÍVEIS'

Parâmetros desatualizados e cadastro difícil limitam acesso ao Auxílio Brasil

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@oglobo.com.br
BRASILIA

Após trocar o nome do Bolsa Família por Auxílio Brasil, o governo de Jair Bolsonaro (PL) também redimensionou o principal programa social do país. Se antes 14,6 milhões de famílias tinham direito, em média, a R\$ 190 mensais, na próxima terça-feira — a dois meses da eleição — 20,2 milhões de famílias passarão a receber R\$ 600. Serão 56,4 milhões de brasileiros contemplados, 26% da população.

A expansão contrasta com os sinais de empobrecimento nas maiores cidades do país, com aumento da população em situação de rua e em insegurança alimentar. Para especialistas, isso se deve a falhas no desenho do Auxílio Brasil, como dificuldades no cadastramento e critérios de acesso desatualizados. Há ao menos 8,3 milhões de "invisíveis", que teriam direito a pedir o benefício se houvesse correção integral do valor que marca a linha da pobreza pela inflação desde 2004, quando foi institucionalizado o Bolsa Família.

Cálculos feitos pelos economistas Alysson Portella e Sergio Firpo, do Insper, e pedido do GLOBO mostram que as atuais linhas de pobreza (renda per capita familiar de R\$ 210 mensais) e de extrema pobreza (R\$ 105) estão defasadas. Em janeiro de 2004, quando o Bolsa Família foi instituído, eram, respectivamente, R\$ 100 e R\$ 50. Com a reposição inflacionária pelo IPCA no período, as linhas saltariam para R\$ 143 e R\$ 287. Como a correção até agora foi menor que a inflação, 8.265.501 brasileiros que estão em famílias com renda per capita entre R\$

210 e 287 e não podem pedir o Auxílio Brasil.

—O número de pessoas é alto, e me surpreendeu. O Brasil é um país muito pobre e desigual. Qualquer mudança na renda per capita influencia muito, e nós sabíamos que a falta de correção das linhas aliada à inflação alta teria forte efeito — comenta Portella.

SEM REAJUSTE AUTOMÁTICO

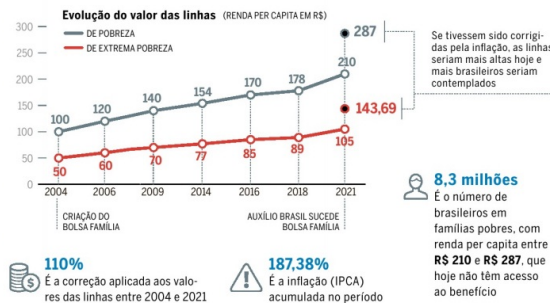
As linhas de pobreza, definidas pelo governo com aprovação do Congresso, consideram a renda mensal da família dividida pelo número de integrantes, incluindo crianças. São o principal critério para definir quem é pobre ou extremamente pobre e tem direito aos programas sociais de transferência de renda. Além disso, o governo aplica outros filtros de admissão, como, por exemplo, não ser casado com alguém já contemplado.

Na reformulação do Bolsa Família como Auxílio Brasil, o relator do projeto de lei, deputado Marcelo Aro (PP-MG), chegou a anunciar correção automática da linha da pobreza pela inflação, mas recuou sem o aval do governo. Ainda que fossem corrigidas, as linhas de pobreza adotadas pelo governo não são incontestáveis. Várias instituições, no Brasil e no mundo, usam outros parâmetros.

O Ministério da Cidadania afirmou que o último reajuste teve como parâmetro o IPCA entre 2018 e 2021, respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Destacou que o governo federal trabalhou para que o Auxílio Brasil "apresentasse uma resposta eficaz às necessidades dos brasileiros mais afetados pelas consequências socioeconômicas da

CRITÉRIO DEFASADO

As linhas de pobreza e de extrema pobreza são os principais parâmetros para admitir famílias no Auxílio Brasil, mas correção insuficiente exclui brasileiros



Fontes: Governo federal e Insper, com dados do IBGE

pandemia" e que contou com consultoria de organismos internacionais, como Banco Mundial e Agência Francesa de Desenvolvimento.

A defasagem da linha de pobreza é só uma das causas para o grande contingente de brasileiros pobres "invisíveis" ao Auxílio Brasil. Especialistas atribuem o problema à formulação improvisada e de última hora do programa, que atendeu mais aos planos eleitorais de Bolsonaro, que busca a reeleição, que a critérios técnicos. O número real de pessoas que teriam direito ao benefício, mas estão à margem do sistema, é de difícil mensuração.

Um dos sinais da ineficiência é a corrida aos serviços de assistência social para entrar no programa. Para tentar atendimento no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) da Ceilândia, cidade satélite de Brasília, na quinta-fer-



ra, Tatiana Celi dos Santos, de 45 anos, chegou à fila ao meio-dia do dia anterior. Foi o único jeito de garantir uma das 23 senhas que seriam distribuídas na unidade naquele dia. Varia

de acordo com o número de servidores disponíveis. Foram 18 horas de espera entre mais de 50 outras pessoas, que usavam um "banheiro" improvisado com chapas de compen-

sado de madeira entre árvores.

— Isso que está acontecendo com a gente é humilhante — diz Tatiana, que ainda não sabe se conseguirá o benefício.

Sem emprego, Luiza Gontijo, de 19 anos, também esperava no Cras da Ceilândia. A jovem, que interrompeu o ensino médio quando engravidou, queria se inscrever no Cadastro Único na esperança de receber o Auxílio Brasil para ela e o filho, de 3 anos.

— Os políticos comem carne, tomam leite. E a gente, come o que? Vamos fazer o que com nossos filhos? A comida está cara, o aluguel está caro. Hoje, o meu desemprego é a pior vergonha — desabou.

A rede de assistência social está pressionada, afirma Paola Loureiro Carvalho, da Rede Brasileira de Renda Básica. A ONG indica que há 19 milhões de famílias que estão numa espécie de limbo: dependiam do auxílio emergencial, criado na pandemia e pago pela última vez em outubro de 2021, mas não integram os 20,2 milhões do Auxílio Brasil.

— A fila oficial, na verdade, é a das pessoas dormindo para conseguir se cadastrar — diz.

Com o aumento da demanda nos Cras em meio à lenta recuperação do mercado de trabalho, prefeituras têm menor capacidade de identificar famílias vulneráveis por meio da chamada busca ativa.

DISTRIBUIÇÃO INEFICIENTE

Bruno Paixão, pesquisador da FGV, aponta a falta de foco como um complicador do programa, que distribui indiscriminadamente os recursos, sem distinguir o número de pessoas em cada família. Além de menos eficaz no combate à pobreza, aumenta o gasto do governo. O orçamento anual do antigo Bolsa Família, na faixa de R\$ 35 bilhões anuais, dará lugar a R\$ 160 bilhões com o benefício de R\$ 600 do Auxílio Brasil.

— Você poderia atender a muitas mais pessoas, com o mesmo recurso, seria mais efetivo — diz Paixão. — O programa é ineficiente nisso. Do jeito que está hoje não há distinção das vulnerabilidades.

O Ministério da Cidadania afirma que os Cras e os postos de atendimento municipais do Cadastro Único são constantemente orientados a desenvolver estratégias de busca ativa para o cadastramento e a atualização dos dados da população mais vulnerável. E que lançam novo aplicativo do Cadastro Único para "facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços sociais".

Sergio Firpo, do Insper, observa que, mesmo que esse aumento nas transferências gere diminuição da pobreza, ela tende a ser muito instável.

— Quando você tem esse critério do "é pobre ou não é pobre" pela renda, é difícil captar essa diferença, porque a renda dessas pessoas flutua muito de um mês para o outro. Temos uma proporção de pobres menor que há um ano, mas a massa de pessoas que estão um pouco acima da linha de pobreza é alta, e elas correm o risco de voltar à pobreza.

Marcelo Neri, diretor da FGV Social, concorda. E alerta para os riscos da "montanha russa da pobreza".

— Vimos isso com o auxílio emergencial: pessoas que estavam remediadas e passaram a receber o auxílio ficaram em situação ainda pior quando o benefício acabou. Essa instabilidade dos programas agrava a situação.

Editoria de Arte

Tudo por uma senha. Tatiana dos Santos ficou 18 horas na fila: "Humilhante"

Sem ter como fazer o cadastro, eles são esquecidos

Programa Auxílio Brasil cresce, mas falta de uma busca ativa deixa à margem do sistema os mais necessitados. São pessoas em situação de rua, que não têm sequer documentos para pleitear o benefício

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br
BRASILIA

Enquanto especialistas questionam as filas do Auxílio Brasil e apontam a necessidade de valores mais realistas e atualizados da linha de pobreza — que define a possibilidade de alguém pleitear o benefício —, a situação do cearense Luiz Araújo Lima, de 64 anos, é ainda mais precária. Sem qualquer documento, o catador de lixo reciclável, que atua a menos de seis quilômetros do Palácio do Planalto, na Asa Norte de Brasília, sequer é visto pelo governo:

— Eu nunca tive nada, não tenho documentos. Na ida-de em que estou, emprego eu não arrumo mais. Não tenho documento, não tenho parente. O pobre é desfavorecido só por ser pobre.

Com suas latinhas e garrafas plásticas consegue, em uma boa semana, até R\$ 150. Mas nem sempre o resultado é esse,

e Lima também busca alimento no lixo. Todas as carteiras de identidade que já teve foram perdidas ou roubadas, mas ele não tem condições de voltar à terra natal, em Ubajara, no Ceará, para reaver a certidão de nascimento. Sem um número de identificação, fica à margem dos benefícios e escapa de qualquer política de transferência de renda.

São pessoas como ele que encham as ruas em um momento de aumento de gastos do governo com o Auxílio Brasil, que a partir de terça-feira chegará a 20,2 milhões de famílias, com R\$ 600 mensais. As pessoas à margem do sistema carecem não apenas de documentos, mas de informação, além de uma ação efetiva do estado, uma busca ativa.

SEM INFORMAÇÃO

Esse é o caso de Sizaltina dos Santos, de 57 anos, que mora em uma barraca no final da Asa Norte, também em Brasília.



'Invisível': Catador, Luiz Araújo Lima vive na rua e não tem documentos: "O pobre é desfavorecido só por ser pobre"

lia. Sem emprego, ela completou três meses vivendo na rua. Já recebeu ajuda do governo, o Bolsa Família, mas teve o benefício suspenso por falta de atualização no cadastro.

— Querer estar aqui eu não quero. Morar na rua é ruim, mas eu tive que vir para alguém me ver. Meu benefício está bloqueado e dizem que eu tenho de atualizar o cadas-

tro, mas não sei como. Eu queria ter uma casa, um trabalho e conseguir ter o meu dinheirinho — lamentou ela.

O secretário de Assistência e Desenvolvimento Soci-

al da cidade de São Paulo, Carlos Bezerra Jr., diz que apostou no agendamento eletrônico para evitar as longas filas em Centros de Referência de Assistência Social (Cras), mas que a procura pelos serviços aumentou a partir de fevereiro. A cidade tem 63 mil famílias que se enquadram nos critérios do programa, mas ainda não foram incluídas na fila:

— É fundamental que o governo federal mantenha diálogo com os municípios, independentemente de ideologia em ano eleitoral.

No Recife, a prefeitura precisou duplicar a capacidade de atendimento diário, que passou de 300 para 600 pessoas, por demanda espontânea. "Foi percebida uma grande demanda de usuários achando que o Auxílio Brasil era um benefício diferente do Bolsa Família", afirmou o município via nota.

ENTREVISTA

Carlos Góes, ECONOMISTA

'REDUZIR A POBREZA EXTREMA NO BRASIL É DECISÃO POLÍTICA'

ELIANE OLIVEIRA eliane@bsb.oglobo.com.br BRASILIA

Especialista em distribuição de renda e colunista do GLOBO, Carlos Góes, da Universidade da Califórnia, afirma que o atual modelo do Auxílio Brasil é um programa eleitoreiro.

Quais as diferenças entre o Bolsa Família e o Auxílio Brasil?

O Bolsa Família beneficiava 14 milhões de famílias custando só 0,5% do PIB, enquanto o Auxílio Brasil deve incluir cerca de 20 milhões de famíli-

as e custar ao redor de 1,5% do PIB. A União gasta 4,5% do PIB com subsídios. Gastar 1,5% do PIB com programa social não é desarrazoado.

O que pode ser melhorado?

No Bolsa Família, o objetivo era manter mais ou menos constante entre famílias o benefício por pessoa. Com o piso de R\$ 600, o benefício por pessoa passa a ser maior para famílias menores. Isso pode incentivar que pessoas declarem estar em famílias

diferentes, mesmo morando juntas. Como o filho maior de idade que mora com a mãe, mas que pode declarar ser um núcleo familiar de uma pessoa. Isso pode criar desigualdade no benefício por pessoa e distorções no Cadastro Único, o que reverberaria por políticas sociais.

O senhor diz que o Auxílio Brasil atual é eleitoreiro...

Minha crítica tem mais a ver com a forma e a duração da medida. O Congresso e o

presidente Bolsonaro se uniram para declarar um falso estado de emergência para, com isso, suspender os limites de gastos em ano eleitoral.

Como evoluíram pobreza e desigualdade no Brasil a partir da pandemia?

Com o auxílio emergencial, pobreza e desigualdade de renda caíram na pandemia, o que é inesperado e sinaliza que reduzir a pobreza no Brasil é decisão política. No período entre o fim do auxílio

emergencial e o início do Auxílio Brasil, houve novo pico de pobreza e desigualdade. Desde a criação do Auxílio Brasil e a melhora de indicadores do mercado de trabalho, a desigualdade voltou a cair. Mas o efeito tem sido ambíguo. Por um lado, o Auxílio Brasil e a melhora no mercado de trabalho empurraram a pobreza para baixo. Por outro, a inflação alta corroeu salários. Só saberemos os efeitos de médio prazo após a estabilização do pico de inflação.